

Turismo, políticas públicas e cidadania

GASTAL, S. & MOESCH, M. São Paulo: Aleph, 2007.

Por Bernardo Lazary
Cheibub*

Serão o turismo e o lazer uma necessidade? Apresenta o turismo possibilidades para se exercer a cidadania? Como as políticas públicas envolvendo o turismo e o lazer podem contribuir para uma efetiva participação cidadã? De que maneira mais pessoas podem ser incluídas na experiência turística? Os interesses locais são levados em consideração no momento do planejamento turístico?

Estas são questões centrais discutidas de forma direta e pontual por Susana Gastal e Maruschka Martini Moesch em seu livro "Turismo, Políticas Públicas e Cidadania".

As autoras iniciam o livro tentando conceber o turismo em um mundo contemporâneo complexo, permeado pela fragilidade sócio-ambiental em que se encontra o planeta Terra e interrogam: que papel o turismo, atrelado à cidadania, exerce neste mundo?

Para as autoras, o turismo é compreendido como uma experiência do indivíduo, em seus deslocamentos, ao se defrontar com o novo e com o inesperado, de vivenciar

processos de mobilização subjetiva que o levariam a parar e a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas." (2007, p.10).



Entre suas argumentações, as autoras observam que:

O estranhamento, nestes termos, não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização afetiva desencadeada. E isso pode se dar dentro do bairro ou da cidade em que se reside, quando o cidadão sai de suas rotinas temporais e espaciais ao visitar, por exemplo, um bairro diferente do seu (2007, p.10)

Por esta razão, ao falarem de turismo, priorizam o termo experiência turística, que abarca também as vivências e convivências e amplia a noção materialista da atividade turística, percebida, muitas vezes, somente no seu viés economicista e quantitativo (quantas pessoas entraram e saíram, o quanto movimentou-se de dinheiro no país, qual a porcentagem de ocupação de um empreendimento hoteleiro, que margem de lucro tal empresa turística obteve em determinado período, etc.).

Gastal e Moesch afirmam que: "É necessário priorizar a concepção de um turismo sustentável e humano [...], o qual se distancia do turismo de massa, impactante e ilusório [...]" (2007, p.46). As autoras esclarecem ainda que uma "concepção mais contemporânea e articuladora de vivências locais e globais entre cidadãos e visitantes, entre fluxos e fixos, [resistiria] a uma produção espetacularizada, artificial, só para turistas" (2007, p.46).

Este turismo aludido no livro, na teoria, sugere outras práticas que possibilitem a vivência cultural (e sustentável) do fenômeno turístico;

Percebemos esta proposta de pensar e fazer o turismo, portanto, como uma possibilidade de estabelecer pontes entre o viés crítico/criativo do lazer, a experiência turística e a cidadania.

A cidadania, como bem colocam as autoras, é a construção da cidadania. Seria a busca por um bem-estar geral, sem deixar de perceber a diversidade cultural e as diferenças que se impõem dentro de uma sociedade ou dentro de uma mesma cidade. Gastal e Moesch, ao articularem a cidadania à identidade, nos mostram que esta última fala da necessidade de estar inserido em alguma coletividade, seja um país, uma cidade, um bairro: "[...] a identidade se marca no reforço do que é igual, em contraste com a exclusão do que seja diferente" (2007, p.36). E, ao retomarem o turismo inserido nestas questões, afirmam que o turista, no seu percurso, tem nessa vivência de semelhanças e diferenças uma das razões das suas práticas. (2007, p.36). Nesta perspectiva, as autoras questionam pontualmente:

Os turistas estão preparados para conviver com pessoas diferentes, com hábitos e culturas diferentes? Haveria em cada indivíduo uma tendência a buscar o igual, ir ao encontro de sua tribo e, não raro, nesta postura, desqualificar o outro quando não se encontra nele o que é igual a si. [...] Buscar justo o diverso de si exige uma abertura para o mundo e uma maior capacidade de conviver com o próprio estranhamento. (2007, p.38)

As políticas públicas de comunicação têm proporcionado reforçar os estereótipos, objetivando vender pacotes turísticos em grupos, homogeneizando os desejos e contribuindo para um distanciamento com o outro. A partir daí, Gastal e Moesch avançam ao abordarem a figura do turista cidadão, mas antes, perpetuam a concepção de políticas públicas como meio para se chegar a esta realidade.

De acordo com as autoras, as políticas públicas se caracterizam pela democratização do acesso e pela democratização da gestão. Ou seja, o objetivo deve ir além de

democratizar o usufruto dos bens, as políticas devem estimular que a sociedade se organize para determinação e distribuição desses bens. Além disso, uma política que articule e integre diversas secretarias pode contribuir para dar ao cidadão uma atenção global.

Na realidade concreta, como bem apontam Gastal e Moesch, o que se tem visto, no Brasil, principalmente em relação ao turismo, são projetos de interesse do capital internacional, nos quais o compromisso com a cidadania é colocado em segundo plano.

O turismo ainda estaria reduzido a um instrumento de desenvolvimento econômico, parte de políticas setoriais, as quais não possuiriam clareza dos impactos causados e dos compromissos acarretados junto às localidades, quando de sua implantação (2007, p.41).

O turismo, neste entendimento, é entendido somente como aporte financeiro e gerador de renda. Para Gastal e Moesch, devemos disseminar a idéia de uma política de difusão turística, na qual fique claro que, mais do que uma atividade econômica, o se deslocar para fora de suas rotinas espaço-temporais é uma necessidade humana.

A partir desse entendimento, as autoras ressaltam que os moradores do local devem ser ouvidos, podendo indicar caminhos ao planejador com seu saber real. "Deve haver uma gestão turística que identifique, mobilize e arregimente os agentes institucionais e atores sociais, as lideranças comunitárias, políticas e empresariais da região." (2007, p.49)

Contradizendo esta assertiva, na prática, percebemos uma escassa ou inexistente participação popular nas decisões envolvendo o turismo. Isto é comprovado quando vemos que nos conselhos municipais de turismo (deliberativos ou não), não há, muitas vezes, nenhum representante popular, líder comunitário, presidente ou representante de alguma associação de bairro ou de moradores. Além de não ser consultada, a população não é participada, nem sequer beneficiada, seja com os recursos

turísticos, seja com a possibilidade de vivenciar a experiência turística. Ou seja, os moradores são aliados de muitos equipamentos de lazer da própria cidade onde vivem, o que é um paradoxo, pois o atrativo turístico deveria ser pensado, antes de qualquer coisa, como um equipamento de lazer para seus habitantes. Como pode um turista, exigir (ou querer) que este morador seja hospitaleiro, dentro do panorama exposto? E como falar em cidadania nestes termos?

O próximo passo das autoras é desenvolver a idéia de um turismo no espaço urbano, destacando que as decisões sejam tomadas no nível mais baixo de autoridade, de forma a atender melhor as necessidades locais. Ainda sob este aspecto, Gastal e Moesch consideram que o planejamento deste turismo urbano estaria expresso, antes de tudo, na qualidade de vida do morador, determinando "um bem viver que encaminhe o bem receber" (2007, p.55). De maneira mais ou menos análoga, as autoras afirmam que os objetivos de atender, por exemplo, ao lazer da comunidade serviriam também para os visitantes, ou seja, os investimentos urbanos ao serem reforçados incrementariam a atratividade geral da cidade.

Ao refletir sob esta consideração, penso que mais importante do que a recepção turística é a qualidade de vida do morador, expressa nos serviços e infra-estruturas básicas, incluindo aí as áreas de lazer públicas. Ou seja, o meio para se ter uma cidade agradável para ser visitada é mais importante do que este fim. A atratividade da cidade seria uma consequência "natural" de sua boa organização e qualidade de vida.

Quero deixar claro que não estou desmerecendo a experiência turística, pelo contrário, até porque acredito nela ocorrendo dentro dos limites da própria cidade também. Assim como Gastal e Moesch, acredito que o turismo contribui como possibilidade de fortalecimento da esfera pública, estabelecida nos espaços públicos. Para as autoras, o turismo vem na

contramão dos meios de comunicação, que levam a um encolhimento desta esfera. O turismo permite que as pessoas voltem a freqüentá-la e a exercitar ali sua voz, ou, pelo menos, reaprendendo a fazê-lo.

No livro, Gastal e Moesch ainda têm fôlego para trazer exemplos de propostas realizadas por cidades como Curitiba, Fortaleza, Camboriú e Porto Alegre, envolvendo a idéia de cidadão turista ou cidadania turística. As pessoas, moradoras ou usuárias da cidade, fazem parte dos fluxos que a percorrem. Entendendo a cidade composta por fixos – praças, edifícios, monumentos – e fluxos – na forma de idéias, comportamentos e sensibilidades que movimentam e marcam o seu território – e ao assumir os moradores na condição de fluxos, as autoras afirmam que colocá-los em movimento "para fora de suas práticas rotineiras será uma prática a ser incentivada, num mundo marcado pelos novos nomadismos." (2007, p.59) Dito de outro modo:

[...] o conceito de turista cidadão, envolvendo o habitante que desenvolve um relacionamento diferenciado com o local onde mora no seu tempo de lazer, [quebraria] o modelo existencial da sociedade industrial criticado por Jost Krippendorf (trabalho – moradia – lazer – viagem), de acordo com o qual o lazer – as práticas sociais capazes de restabelecer o equilíbrio físico e emocional do sujeito contemporâneo – só seria possível em lugares distantes da própria residência (2007, p.60)

Para Gastal e Moesch, a grande metodologia desencadeadora dos processos seria o estranhamento, supondo o sujeito formado e politicamente atuante nessas práticas:

Essa metodologia implicaria incentivar a leitura do não-verbal como uma estratégia de destruição, na cidade, do seu sistema de ordem, estabelecido ante olhares sem inquietação. A destruição da ordem dada seria capaz de produzir um afastamento da cidade como espaço cotidiano rotineiro e ao qual se está habituado. Não é possível ler o que não se consegue estranhar. Essa distância

estratégica entre o usuário leitor e seu espaço diário na cidade permite-lhe ler, ver e descobrir. (2007, p.61)

Outro turismo é possível? As autoras nos fazem crer que sim, e finalizam o livro com esta afirmação: outro turismo é possível. A iniciar-se com a postura de um turista cidadão, que se tornaria conscientemente, ao ampliar as fronteiras territoriais dos seus deslocamentos, um cidadão global. A cidadania turística é uma forma de repensar consumos e comportamentos de viagem, “[...] ela também permite contrapor discursos simplistas que pedem o turismo apenas como atividade econômica, cujas questões, das simples às complexas, estariam todas restritas a boas práticas de gestão” (2007, p.72). Esta possibilidade de fazer diferente, como bem afirmam Gastal e Moesch, não vai insurgir dos escritórios das operadoras que há anos propagam um turismo de massa, inconstante e excludente, mas sim das regiões e das pessoas que sofrem/sofreram com a prática turística indiscriminada e mal planejada.

Por fim gostaria de finalizar com uma frase das autoras que sintetiza bem o pensamento de quem percebe que, para o turismo, é essencial o aprofundamento nos estudos do lazer e tudo que estes implicam para a conscientização e humanização do turista/turismo/profissional do turismo, ou seja, para o emprego de uma cidadania turística:

[...] o turismo passará a exigir não só políticas públicas que visem a preparar os destinos para receber visitantes, mas também políticas públicas que venham a garantir, mesmo a grupos economicamente excluídos, o exercício e o usufruto do lazer e, por extensão, do turismo [...] (2007, p.73)

Referência bibliográfica

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	9-set-2008
Aceite:	9-set-2008